

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER**

**GILSON ANTONIO REDIN**

**COOPERATIVISMO EM TAQUARA-RS: A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES  
RURAIS SOBRE AS COOPERATIVAS**

**Santo Antônio da Patrulha**

**2013**

**GILSON ANTONIO REDIN**

**COOPERATIVISMO EM TAQUARA-RS: A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES  
RURAIS SOBRE AS COOPERATIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

Coorientador: Tutora Lorena Cândido Fleury

**Taquara-RS**

**2013**

**GILSON ANTONIO REDIN**

**COOPERATIVISMO EM TAQUARA-RS: A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES  
RURAIS SOBRE AS COOPERATIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural .

Aprovado com Conceito (\_\_\_\_)

---

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo  
Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luciano Figueirêdo  
PGDR/UFRGS  
Porto Alegre, RS, 19 de Julho de 2013.

## **Agradecimento**

Agradeço aos professores e tutores da UFRGS pela dedicação em nos levar a pensar, analisar e discutir o desenvolvimento rural.

De maneira especial também agradeço a coordenação e tutores do Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, pelo esmero em deixar o ambiente escolar apropriado para nossas aulas presenciais e pela acolhida sempre alegre.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer aos agricultores e agroindústrias que, nos recebendo em seus estabelecimentos, permitiram a vivência prática das disciplinas estudadas, e por consequência a conclusão de nossos estudos.

São inúmeras as pessoas a quem devo agradecimento pela orientação na hora do uso da principal ferramenta para quem estuda na modalidade EAD, o computador.

Aos colegas de turma do PLAGEDER, pela troca de experiências, que possibilitaram meu crescimento pessoal.

E por fim, à minha família por entender a importância pessoal que foi concluir este curso.

**RESUMO:** Os agricultores familiares do Vale do Paranhana, e particularmente os produtores de Taquara, no Rio Grande do Sul, desde há muitos anos buscam em organizações associativas uma forma de se inserir no mercado com sua produção, pois os custos e a competitividade inviabilizam as tentativas comerciais individualizadas de pequenas produções. E algumas cooperativas se formaram com este objetivo. Este trabalho procura, a partir dos princípios cooperativistas e do almejado desenvolvimento rural, compreender quais foram as causas de alguns insucessos nestas iniciativas e a percepção que os agricultores de Taquara têm do cooperativismo. O trabalho discute também a participação dos associados e a gestão das cooperativas que fecharam suas portas. A opção pelas associações e o futuro do cooperativismo na região, são avaliados por lideranças e produtores entrevistados. O desconhecimento do funcionamento de uma cooperativa por parte do quadro social, o despreparo dos escolhidos para a direção e a ética na gestão dos negócios, são as maiores preocupações que os agricultores locais externaram.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, associativismo, desenvolvimento rural.

**ABSTRACT:** Family farmers from Paranhana Valley, and particularly from Taquara in Rio Grande do Sul, for many years have been seeking in associations a way to enter the market with its production, since the costs and competitiveness made unfeasible the attempts to commercialize individually small harvests. And some cooperatives were formed for this purpose. This work attempts to understand, from the cooperativism principles and from much desired rural development, what were the causes of some failures in these initiatives and the perception of farmers from Taquara of the cooperativism. This work also discusses the participation of the members and the management of cooperatives that have closed their doors. The option for associations and the future of cooperativism in the region are evaluated by leaders and farmers interviewed. The membership's lack of knowledge of the inner workings of a cooperative, the unpreparedness of the chosen directors and the ethics on the business management were the greatest concerns that local farmers voiced.

**Keywords:** Cooperativism, associations, rural development

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1 – Mapa do Vale do Paranhana

17

## **Sumário**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1.INTRODUÇÃO</b>   | <b>07</b> |
| <b>2.METODOLOGIA</b>  | <b>09</b> |
| <b>3.AS ORGANIZAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO</b>  | <b>09</b> |
| <b>3.1 O Cooperativismo</b>   | <b>09</b> |
| 3.1.1 A Cooperativa   | 10        |
| 3.1.2 O cooperativismo no Brasil  | 12        |
| <b>3.2 Desenvolvimento rural</b>  | <b>13</b> |
| <b>4.TAQUARA, DELIMITANDO A ÁREA DE TRABALHO</b>  | <b>16</b> |
| <b>5.AS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS, OS INSUCESSOS E OS<br/>    APRENDIZADOS EM TAQUARA</b>                        | <b>20</b> |
| 5.1 As cooperativas em Taquara: história e memória  | 20        |
| 5.2 A percepção dos agricultores em relação ao cooperativismo<br>diante destas experiências: uma análise necessária | 23        |
| 5.3 A causa dos insucessos, ou fracassos  | 25        |
| 5.4 A participação dos associados e o papel dos Conselhos<br>de Administração e Fiscal                              | 26        |
| 5.5 A retomada com as associações   | 28        |
| <b>CONCLUSÕES</b>   | <b>30</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>33</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Numa região em que a colonização pelos imigrantes europeus, principalmente os alemães, aconteceu a partir do retalhamento das grandes Fazendas, do tempo do Império, em colônias com áreas de terras entre 25 a 50ha., o desbravamento, as construções das benfeitorias, as estradas, as igrejas e os salões comunitários, só foram possíveis pelos mutirões, nos quais, um vizinho ajudava o outro, e todos ajudavam, assim, à comunidade. ( Raízes de Taquara, 2008. Vol. I. p. 30).

Este espírito de cooperação, mais tarde, passou a ser aplicado como resposta à necessidade de encontrar, tanto alternativas de comercialização da produção, bem como resultados econômicos mais vantajosos, uma vez que todos colhiam pequenas quantidades de produtos, porém, sem poder de barganha sobre os comerciantes da época. O comércio era centralizado na venda rural (casa de comércio), de forma com que os donos controlassem o desenvolvimento da economia colonial (SCHNEIDER, 1996, p. 303).

O espírito religioso era extremamente forte nas famílias e nas comunidades rurais do início da colonização. E, incentivados pelos líderes religiosos, o associativismo passou do sentido comunitário para busca de resultados econômicos através da formação de associações e cooperativas.

Embora o cooperativismo moderno, na forma que o conhecemos hoje, tenha surgido em meados do século XIX, na Europa, suas raízes remontam à antiguidade, pois na Babilônia já se arrendava terra para exploração conjunta com o objetivo de prover a sociedade de gêneros alimentícios (OCERGS, 2013).

Em Oliveira (1979) e Pinho (1982), vamos encontrar uma retrospectiva histórica das situações, conjunturas e fatos que levaram ao surgimento do embasamento teórico e prático que sustentam a doutrina cooperativista até os dias atuais.

Segundo estes autores, o grande avanço tecnológico proporcionado pela mecanização industrial, ocorrida em meados do século XVIII, ao mesmo tempo em que gerava a formação das classes assalariadas, gerava por outro lado, desemprego em massa e, conseqüentemente a miséria coletiva e o desajustamento social.

Juntamente com o surgimento de oposições a esta situação gerada pelo liberalismo econômico, começam a ser elaboradas ideias, ou formas práticas de organização da economia em contraponto ao desespero daquele momento histórico. Entre os socialistas utópicos que maior influência exerceram sobre o cooperativismo nascente destacam-se Robert Owen, François Marie Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamin Buchez, e Louis Blanc.

Mas, como relata Oliveira (1979, p. 25-26), “foram 28 rudes tecelões de mãos calejadas, de Rochdale, Inglaterra, que, após reunirem pequenas economias durante um ano, em 21 de dezembro de 1844 formalizaram a sociedade *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, com capital inicial de 28 libras esterlinas”.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que é o órgão de cúpula do cooperativismo mundial, com sede em Londres, foi constituída em 1895, com o objetivo específico de continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale. E foi a A.C.I que em 1937, em congresso realizado em Paris, confirmou a importância dos “princípios”, destes pioneiros. (OLIVEIRA, 1979. p. 28).

De lá até os dias atuais o cooperativismo espalhou-se e assumiu posição de destaque no mundo todo. Em países como a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia, cerca de 80% das pessoas pertencem a alguma cooperativa. Nos Estados Unidos há mais de 100 milhões de sócios. O terceiro banco privado da Alemanha e o primeiro da Holanda são cooperativas. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2012, Caderno Especial, p. 3).

A questão central deste trabalho, diante desta história tão rica em situações de superação na busca de crescimento econômico e desenvolvimento, foi de executar uma pesquisa para conhecer a percepção dos agricultores de Taquara a respeito de cooperativas e do cooperativismo. Para chegar a este objetivo buscou-se identificar as experiências já vividas pelo grupo de agricultores e lideranças pesquisados, e principalmente, entender e compreender o significado destas percepções através das respostas apresentadas.

O presente trabalho justifica-se pois sendo a área rural de Taquara constituída, na sua quase totalidade, de pequenos estabelecimentos, com a força de trabalho familiar e com histórico de organização comunitária, como explicar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, segundos estes, dos 1.248 estabelecimentos rurais, apenas 25 tem seus dirigentes ligados a alguma cooperativa? (IBGE - Censo Agropecuário 2006). Além disso, diversos setores de atividades da agropecuária estão ligadas a associações como de leite, mel, peixe, dos hortigranjeiros, e da agroindústria caseira. Alguns dentre estes, vêm enfrentando dificuldades em participar de licitações públicas por não estarem congregados em forma de cooperativa.

Num primeiro momento o trabalho trata do cooperativismo, seus conceitos e princípios, e também do associativismo. São relacionadas teorias de como estes dois conceitos são importantes ferramentas para levar ao desenvolvimento rural.

Segue a caracterização do Município de Taquara-RS, sua trajetória de agricultura pujante alcançada nos anos que se seguiram à colonização, e o posterior esvaziamento do rural a partir dos anos 1970 causado, principalmente, pela indústria calçadista. Recorrendo a história, são elencadas as experiências frustrantes, que alguns setores da produção agropecuária local experimentaram no que se refere à algumas cooperativas.

E, como núcleo central do trabalho são analisadas as respostas da pesquisa aplicada, confrontando-as com as referências teóricas de autores relacionados com a temática pesquisada, chegando a conclusões relativas ao objeto da pesquisa e inclusive, apontando caminhos.

## **2. METODOLOGIA**

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, pois como ressalta Minayo (2001), quando se trabalha com motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, a pesquisa deverá ser qualitativa. E o caráter desta pesquisa é explicativo, pois busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos ( Gil, 2007).

Para chegar ao objetivo do presente trabalho, foi realizada pesquisa de campo, durante o mês de abril/2013, com entrevistas junto a lideranças sindicais, cooperativistas, associativas e de autarquias ligadas ao rural. Foram entrevistados também, seis agricultores, dois de cada cooperativa, escolhidos aleatoriamente, que vivenciaram as três experiências mais recentes de cooperativas que, estando inviabilizadas financeiramente, fecharam as portas.

As entrevistas foram desenvolvidas individualmente a partir de um roteiro semi estruturado, apesar de o mesmo, por vezes servir apenas como norteador da entrevista, pela dinâmica do diálogo que o entrevistado propunha na busca de descrever como os fatos aconteceram. O roteiro continha oito perguntas básicas e as respostas foram escritas no próprio formulário e posteriormente seus dados transcritos.

## **3. AS ORGANIZAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO**

### **3.1 O cooperativismo**

Cooperar é agir de forma coletiva, trabalhar junto para atingir um objetivo comum. A esta ideia de trabalho cooperativo chama-se cooperativismo. Esta doutrina socioeconômica é

fundamentada na liberdade humana e em alguns princípios fundamentais que norteiam os atos cooperativos. A cultura cooperativista procura desenvolver a “capacidade intelectual das pessoas” para uma convivência harmoniosa e justa. De forma prática o conceito de cooperativismo é assim redigido pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS: “Os seus princípios buscam, pelo resultado econômico, o desenvolvimento social através da melhoria da qualidade de vida e da boa convivência entre seus cooperados (OCERGS, 2013).

A cooperação é praticada e desenvolvida por pessoas, e como as pessoas são diferentes nos diferentes lugares em que vivem, se aprimora ou fracassa, não só pelas situações econômicas, mas muito pelas pessoas envolvidas. Frantz e outros (2003) explicam sobre o vínculo que cada cooperativa necessariamente adquire com a comunidade em que está inserida:

A cooperação é uma prática social, predominantemente, vinculada e condicionada pelas questões fundamentais da economia: produzir e distribuir bens e riquezas. Como tal expressa um processo social. É uma prática social condicionada em termos de tempo e lugar, e como tal, incorpora cultura, valores ou comportamentos específicos de quem coopera (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2003. p.1).

### 3.1.1 A cooperativa

A prática e vivência da doutrina cooperativista e a aplicação dos princípios do cooperativismo, se dão no âmbito de uma empresa, constituída como uma sociedade cooperativa, que a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, assim descreve:

“É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (A.C.I., 1995).

Os princípios que orientam as sociedades cooperativas têm como base os Princípios dos Pioneiros de Rochdale, e são assim redigidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB:

**1º - Adesão voluntária e livre** – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

**2º - Gestão democrática pelos associados** – as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.

**3º - Participação econômica dos associados** – os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
- benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
- apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

**4º - Autonomia e Independência** – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

**5º - Educação, formação e Informação** – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

**6º - Intercooperação** – as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

**7º - Compromisso com a comunidade** – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. (O.C.B., 2013).

Os objetivos sociais e os segmentos de trabalho em que as pessoas desenvolvem suas atividades mais utilizados na formação de sociedade cooperativas são: -Agropecuário; Trabalho; Serviço; Educacional; Crédito; Consumo; Habitacional; Produção; Especial; Transporte; Infraestrutura; Mineral; Saúde; Turismo e Lazer. (O.C.B, 2013).

Salienta-se que os direitos e deveres dos cooperados, bem como a forma de funcionamento da cooperativa, devem estar objetivamente descritos no Estatuto Social da Cooperativa, que, além de abarcar os princípios que norteiam o cooperativismo, tem que se adequar a legislação de cada país. No caso do Brasil, a Lei nº 5764, de 16 de Dezembro de 1971<sup>1</sup>.

### 3.1.2 O cooperativismo no Brasil

No Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo vieram por meio de ações de padres jesuítas no sul do país no início do século XVII. Esses religiosos, utilizando-se da persuasão e movidos pelo princípio do auxílio mútuo – mutirão –, que os índios brasileiros já praticavam, fundaram as reduções jesuítas: comunidades solidárias fundamentadas no trabalho coletivo com objetivo de promover o bem-estar dos membros da comunidade. (OCERGS, 21013).

Foi no setor de consumo dos centros urbanos que se formaram as primeiras cooperativas no Brasil, no fim do século XIX. Mas segundo Oliveira (1979, p. 29), quem efetivamente trouxe e deu formas ao cooperativismo no Brasil foi um padre suíço, o jesuíta Théodor Amstad, que lançou, numa reunião da *Sociedade de Agricultores Rio-Grandenses* da Linha Imperial, no atual município de Nova Petrópolis(RS), a ideia de organização de uma Caixa de Crédito Rural. Isto foi em 1902 e seria a semente do hoje sólido sistema das cooperativas de crédito no Brasil, e que no RS, conta com 106 cooperativas.

Segundo números do ano 2010 da OCB, estão filiadas ao seu sistema 6.652 cooperativas, que reúnem mais de 9 milhões de associados e geram 300 mil empregos diretos. Em todo o país, cerca de 30 milhões de pessoas estão ligadas ao movimento cooperativista, em 13 áreas econômicas abrangidas (O.C.B., 2013).

No Rio Grande do Sul, somente no segmento agropecuário, existem 166 cooperativas com cadastro ativo na OCERGS, congregando 272.882 associados.

Diante da necessidade de capacitar pessoas para atuar na direção, administração e operacionalização das cooperativas, é que a partir do ano 1998, cria-se no Brasil, o Sistema “S” para as cooperativas. É o Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo – SESCOOP, que no Rio Grande do Sul, tem por função: organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional para as cooperativas; fomentar o desenvolvimento e

1 Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (e suas alterações e revogações) Institui a Política Nacional do Cooperativismo. (Palácio do Planalto – Casa Civil).

promoção dos trabalhadores e dos associados das cooperativas; operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle das cooperativas; executar programas voltados à capacitação para a gestão cooperativa; organizar e executar pesquisas para melhoria do ensino cooperativista; divulgar as ações cooperativistas; promover a cultura e a educação cooperativas. (OCERGS, 2013). E quem administra no RS as ações do SESCOOP-RS, é a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo.

### **3.2 Desenvolvimento rural - o cooperativismo como ferramenta**

Por ser o cooperativismo uma ferramenta imprescindível para levar uma comunidade ao desenvolvimento, o tema do desenvolvimento rural é colocado neste trabalho que avalia a atuação de cooperativas do segmento agropecuário em Taquara.

Para iniciar a exposição do tema, pode-se lembrar o questionamento que Schneider (2004) faz em relação às comunidades rurais, e ao trabalho das lideranças políticas e classistas rurais, muito apropriado ao que aconteceu na história de Taquara-RS.

Será possível resgatar entre nós o que no início da colonização das regiões interioranas do Brasil nos últimos 200 anos, representou um grande potencial de iniciativas e de geração de novas riquezas e de oportunidades de trabalho? O pioneirismo desbravador que ao longo dos últimos dois séculos semeou vilas, cidades e polos de desenvolvimento regional e diversificado por diversas partes do interior do Brasil, revelou um potencial de iniciativas, de coragem e fé no futuro, que nos devem servir de estímulo e inspiração (SCHNEIDER, 2004. p. 9).

Este trabalho, de coragem, de trabalho comunitário, e muita fé, em certo momento da história começa a se desarticular em nome de uma chamada “modernização da agricultura”. É o que passa a ter importância é o *crescimento*, que até então era também denominado de desenvolvimento. Mas o desenvolvimento, neste caso, era entendido até meados dos anos 1970, somente como crescimento econômico, progresso material (VEIGA, 2005, p. 1).

E Maia (2009, p. 89) relata que o *Relatório Brundtland* – Nosso Futuro Comum (1987), traz uma nova definição para o processo de desenvolvimento dizendo que este existe quando, “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Este relatório é considerado o marco inicial de difusão do conceito de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, Kageyama (2008, cap. II, p. 52) assevera que “o desenvolvimento rural não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve

múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental”.

A mesma autora fala sobre a necessidade de pensar o desenvolvimento rural integrando elementos locais e não locais, pois numa determinada base territorial interagem diversos setores, sejam eles produtivos ou de apoio. Se antes ao se falar em produção logo vinha a mente a agricultura, hoje o setor produtivo passa a desenvolver outras atividades como o artesanato, o processamento de produtos naturais, o turismo rural e a conservação ambiental. E referindo-se ao êxodo rural, situação social que aconteceu em todo o país, e de maneira muito acentuada na região calçadista do RS, onde situa-se Taquara, faz uma análise de advertência:

“[...] a função populacional, que nos períodos da industrialização acelerada consistia em fornecer mão de obra para as cidades, agora inverteu-se, sendo necessário o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural.” (KAGEYAMA, 2008. p. 67).

Nesta mesma linha de pensamento Veiga (2001), em seu trabalho *O Brasil rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*, alerta:

Para que muitas empresas e muitos empregos possam ser criados em regiões com predomínio da agricultura familiar, também é preciso que elas disponham de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o empreendedorismo (VEIGA, 2001. p. 68).

Os trabalhos de Schneider (2004), Veiga (2001), (2005), Maia (2009), e Kageyama (2008), são importantes para que se entenda todo o processo havido nos termos da modernização da agricultura, tanto na especialização, mas especialmente como a agricultura foi colocada num segundo plano do crescimento econômico, servindo para produzir alimentos baratos para a população urbana e, fato marcante nesta região da indústria calçadista, o fornecimento da mão de obra para as indústrias. Seus textos não só fazem uma crítica ao passado recente, como também apresentam uma visão de desenvolvimento que seja sustentável, com planejamento, ações do poder público e organização das comunidades rurais, com vistas às oportunidades de trabalho e renda, que se abrem no seu relacionamento com o urbano.

As cooperativas, segundo Schneider (2004), podem e são ferramentas importantes a contribuir nas dimensões que envolvem o desenvolvimento rural. Na *dimensão econômica*, pois numa cooperativa o associado participa dos resultados do empreendimento, o que faz

com que a maior parte da riqueza gerada retorne para a comunidade onde o associado vive e trabalha. A cooperativa pode se constituir “numa das melhores escolas de democracia e de participação”, e isto é essencial quando se fala em *desenvolvimento socialmente justo e equitativo*, na busca pela igualdade de direitos e deveres.

E esta democracia participativa praticada na cooperativa, exercita o associado a participar mais na sua comunidade e na sociedade maior, exercendo seu poder de cidadão, pois o *desenvolvimento local e sustentável*, implica em maior distribuição da riqueza, do poder, do conhecimento e do domínio da tecnologia, em benefício de um crescente número de pessoas, preconiza o autor.

E como o trabalho se reporta ao setor agropecuário, a *dimensão ambiental* do desenvolvimento, deve levar a todo o associado da cooperativa a ter uma constante vigilância em prol do meio ambiente, pois não se pode esquecer da interdependência entre todos os seres vivos.

Em período não muito distante dos dias atuais, a busca pelo desenvolvimento que significava apenas crescimento econômico, as economias locais “foram esvaziadas, desmanteladas, empobrecidas, desacreditadas, excluídas”, diz Schneider (2004). Em contraponto a esta constatação, o próprio autor aponta que a alternativa está “no poder local e regional”. E traz a luz a expressão usada por Beck (2003), de “pensar globalmente e agir localmente”. E complementa o pensamento dizendo que por mais global que seja o problema, no ambiente local, as pessoas, por viverem próximas, tem uma visão mais adequada dos problemas comuns e, resgatando valores de raízes locais, podem encontrar soluções comunitárias através de cooperativas, em parceria com ações políticas locais e regionais.

Santos (2003)<sup>2</sup>, propõe que as pessoas, as comunidades, aproveitem as tecnologias de máquinas e de informação deste mundo globalizado, para construir uma globalização diferente, “uma outra globalização”, onde predominem “valores essenciais do homem como liberdade, dignidade e felicidade”. E que estes sejam confrontados com as conjunturas atuais da história.(p. 78). Segundo ele, a vizinhança das pessoas, devido a urbanização, facilita a comunicação e por consequência a “identificação das situações tanto material como intelectual, do desamparo a que as pessoas são relegadas e ao reconhecimento de escassez e a novas possibilidades de ampliação da consciência”.

---

2 Milton Santos, é geógrafo, professor emérito da Universidade de São Paulo, ganhador do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud em 1994 e autor de mais de 30 livros e 400 artigos científicos, publicados em diversos idiomas.

Nas condições históricas do presente, essa nova maneira de enxergar a globalização permitirá distinguir, na totalidade, aquilo que já é dado e existe como um fato consumado, e aquilo que é possível, mas ainda não realizado, vistos um e outro de forma unitária.(SANTOS, 2003. p. 82)

Em seu trabalho, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Santos(2003) enumera

[...]condições que deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político, que, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização.(SANTOS, 2003. p. 83)

É neste contexto que o associativismo se encaixa, pois na visão de Cotrim (2009, p. 42), associação é “a união de interesses comuns, através da qual a sociedade se organiza visando a ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados a seu dia a dia”. E assim, congregando as pessoas e, mantendo as suas individualidades e identidades, é uma ferramenta de organização para identificar os gargalos que impedem ou dificultam o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas.

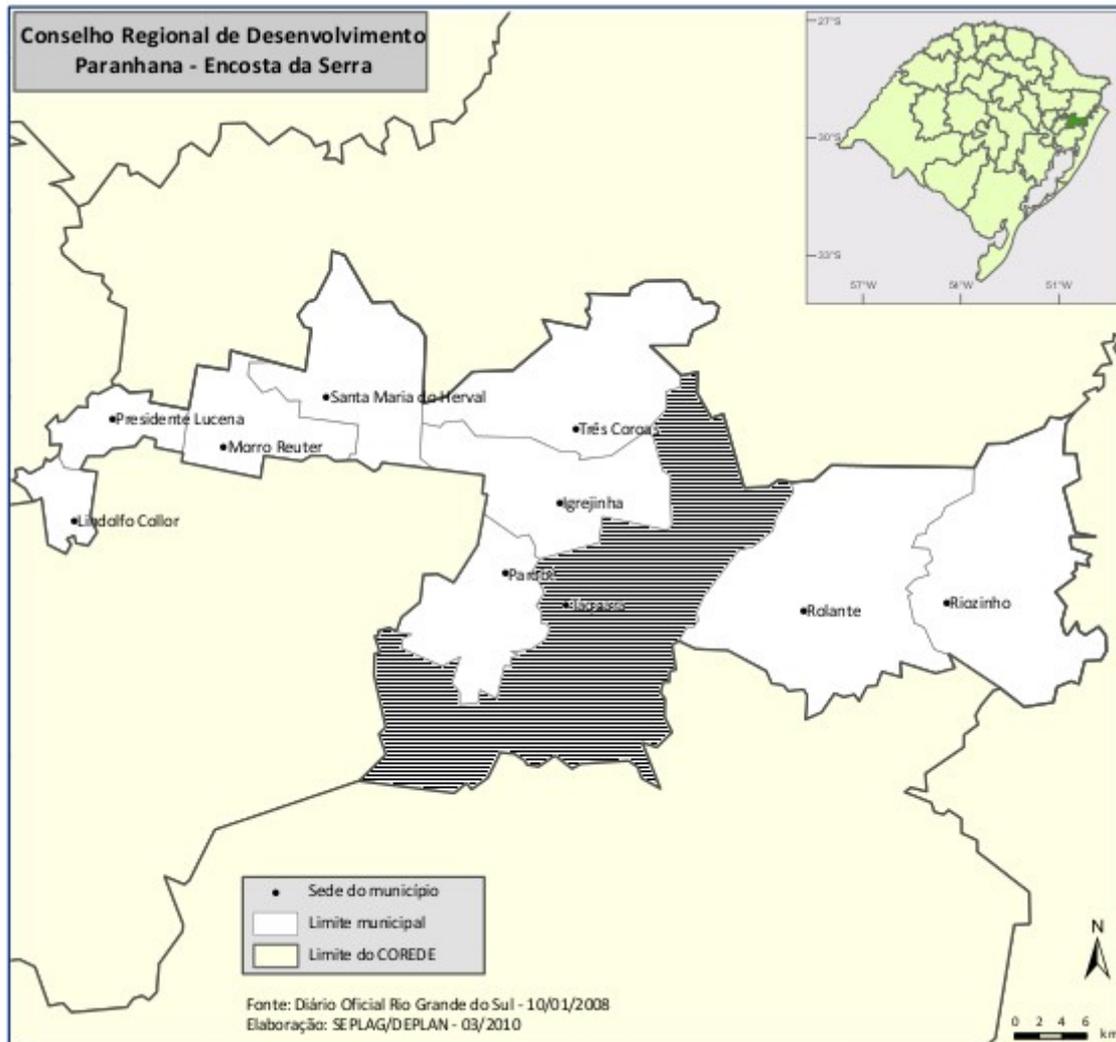
Pode-se deduzir portanto, que associativismo e cooperativismo são importantes formas de organização na vida das comunidades rurais em busca do desenvolvimento sustentável. E antes de serem considerados concorrentes, são complementares numa caminhada que pode começar por uma associação e com o desenrolar do tempo e das oportunidade desembocar na necessidade da criação de uma cooperativa.

#### **4. TAQUARA, DELIMITANDO A ÁREA DE TRABALHO**

Taquara está situada no Vale do Paranhana<sup>3</sup>, que por sua vez é um recorte geográfico do Vale do Rio dos Sinos. Geograficamente a localização é na Encosta Inferior da Microregião Colonial da Encosta da Serra Geral, e dista 72 Km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. O nome Taquara provém da vegetação de bambus que, à época da colonização cobriam as margens dos Rio dos Sinos. A denominação destas variedades de bambu chamadas de Taquara provém de um vocábulo dos índios Tupis, *ta'kwar*.

3 O Vale do Paranhana (nome do rio afluente do Rio dos Sinos) compreende seis municípios: Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho e Rolante. Ver mais em <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.phpq=destino&cod=2&mireg=20&fg=2>.

Figura 1 - Mapa do Vale do Paranhana



Fonte: Secretaria do Planejamento/RS.(2010).

A colonização de suas terras ocorreu com imigrantes alemães que haviam chegado em São Leopoldo em 1824, e nos anos da década de 1846 alcançaram as novas terras da então Fazenda Mundo Novo. Esta área fez parte da sesmaria concedida em 1814 a Antônio Borges de Almeida Leães, que em 1845 vendeu para Tristão José Monteiro, que fez o loteamento e coordenou o processo de colonização. (RAÍZES DE TAQUARA, 2008, V. I, p. 30).

A área territorial é de 457,85 Km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 119 hab./Km<sup>2</sup>. Administrativamente o município está dividido em seis distritos, além da área urbana que conta com 22 bairros.(PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

O Vale do Paranhana compreende nos dias atuais, seis municípios: Taquara, Igrejinha, Três Coroas, Parobé, Riozinho e Rolante, uma região com a predominância das culturas alemã e italiana.

A colonização trouxe grande impulso para a agricultura, que por sua vez dinamizou o comércio e a pequena indústria de toda a região. Os principais produtos eram o feijão, a farinha de mandioca, o milho, a banha, os suínos e gado. “A produção extrapolava as necessidades da colônia em escala que chamou a atenção das autoridades da época, a ponto de, em 15 de agosto de 1903, ser inaugurada a estrada de ferro e a chegada do trem que passou a ligar Taquara - Novo Hamburgo - Porto Alegre” (RAÍZES DE TAQUARA, 2008, V. I, p. 108). Esta ferrovia funcionou até o ano de 1963, quando foi desativada.

Nos anos da década de 1940, estabeleceu-se em Taquara uma empresa que incentivou o cultivo da flor de Piretro, (*Chrysanthemum Pyrethrum*) com o objetivo de produzir um inseticida doméstico com princípio ativo natural. A fábrica<sup>4</sup> foi fundada em 1952 e está em atividade até os dias atuais embora a flor de Piretro não seja mais utilizada como matéria-prima, mas sim um produto sintético. (PIRISA, 2013).

Conforme a Associação Brasileira da Indústria do Calçado – ABICALÇADO, o incremento da indústria calçadista no Vale do Sinos deu-se a partir dos anos 1950, e especialmente com o advento das exportações nos anos 1970. Neste período, anos 1970, o êxodo rural foi intenso. Famílias inteiras, mas principalmente os jovens, deixaram a agricultura e partiram em busca de emprego nas fábricas de calçados, resultando no enfraquecimento da força de trabalho rural. Além do chamamento de “emprego a vontade”, usando expressão de Sérgio Schneider, a pressão demográfica pela partilha dos pequenos estabelecimentos, foi um forte fator da saída dos jovens da lavoura. (SCHNEIDER, 1996).

Os dados do IBGE dão claramente a visão da evolução deste quadro de êxodo rural. Se em 1970, 41,38% da população vivia na área rural, em 1980 reduziu para 26,6% e em 1991 o percentual era de 17,35%. Conforme o último Censo Demográfico, apenas 9.377 pessoas residem no meio rural em Taquara, ou seja 17,2% da população total de 54.643 habitantes. (IBGE – Censo 2010, Tabela 200). Cabe ressaltar um aspecto em relação ao trabalho nas indústrias, pois nesta região calçadista, mesmo residindo na área rural, muitos trabalhadores exercem exclusivamente trabalho nas fábricas de calçados. São diariamente recolhidos na porta da casa, para onde retornam, no próprio transporte da empresa, no final do dia.

---

4 Pirisa Piretro industrial Ltda. Ver mais em [www.pirisa.com](http://www.pirisa.com).

Mas, nos dias atuais, na indústria do calçado tem havido fechamento de fábricas e redução do número de empregos (LOPES, 2012), fato que também atinge as empresas e os trabalhadores deste setor em Taquara.

o setor calçadista do estado e do Vale dos Sinos, apesar de seu bom desempenho histórico e da sua importância para a economia da região, tem passado por sérias dificuldades que se expressam em algumas variáveis de desempenho. Apesar do empenho das empresas do setor em termos de conduta competitiva, fatores externos dos quais a indústria possui pouco ou nenhum controle parecem estar falando mais alto e “destruindo” uma competitividade construída em décadas. (Lopes, 2012, Considerações Finais)

No que diz respeito à estrutura fundiária de Taquara, esta se caracteriza, desde sua colonização, pela predominância de pequenas propriedades. Dos 1.248 estabelecimentos, 1.159 possuem área igual ou inferior a 50ha, ou seja, 92,87% . (IBGE – Censo Agropecuário 2006).

Atualmente os principais produtos agropecuários do município são: leite, arroz, milho, aipim, hortaliças, frutas, mel e gado de corte. (Fonte: Emater – Taquara, 2012).

No tocante a organização social e representativa ligada ao rural existem, o Sindicato Rural do Vale do Paranhana, que representa 10 municípios; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Associação Regional dos Produtores de Leite e Derivados, e a ASCAR/EMATER que possui um escritório no município.

Destaca-se ainda que Taquara possui a coordenadoria regional de órgãos das esferas estadual e federal (Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Receita Federal, INSS e Justiça do Trabalho). É referência regional também no setor educacional. Além das escolas públicas, com destaque para a Escola Técnica Monteiro Lobato – CIMOL, as escolas particulares têm expressão na comunidade, especialmente pela existência das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, e por três grandes educandários de nível fundamental e médio. (PREFEITURA TAQUARA, 2013).

A formação do Produto Interno Bruto municipal tem a seguinte composição: o setor de serviços responde por 76%; a indústria por 21%, enquanto a agropecuária participa com 2,98%.(IBGE, 2012).

Especificamente com relação ao quadro atual do cooperativismo ligado ao rural em Taquara, constata-se que existem cooperativas, ou filiais de cooperativas, em plena atividade, são elas:

A Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda - Piá, com uma unidade de suporte aos produtores associados de toda a região, que entregam leite para a cooperativa. Em algumas entrevistas foi lembrada como “*cooperativa bem administrada, forte*”;

A Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda – COOTAL, uma das unidades da extinta CORLAC, estatal de economia mista, que passou a ser cooperativa individual. No caso de Taquara, a cooperativa é formada por antigos funcionários da CORLAC;

E a Cooperativa de Crédito ligada ao sistema SICREDI, cuja matriz regional é em Rolante.

No entanto, não são essas as cooperativas mais fortemente associadas a percepção dos agricultores que participaram da pesquisa, como será discutido adiante na análise dos resultados deste trabalho.

## **5. AS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS, OS INSUCESSOS E OS APRENDIZADOS EM TAQUARA-RS.**

É necessário mencionar que, se não foi complicado realizar as entrevistas com lideranças e produtores rurais, o mesmo não se pode dizer relativo a documentos das cooperativas, a que se referiam os produtores quando expunham suas percepções a respeito delas, uma vez que estão desativadas, e em todos os casos existem pendências e demandas judiciais e os documentos foram requeridos pela justiça.

A primeira experiência cooperativa, segundo os relatos, foi a Caixa Rural, e é mencionada neste trabalho para ser fiel a história, mas que não faz parte das análises de percepção a que o trabalho se propõe. As outras cooperativas, estas sim, mencionadas nos relatos são: a Cooperativa Agropecuária Rolantense Ltda - CAPROL; a Cooperativa dos Produtores de Leite da Encosta da Serra Ltda – COOPLESA; a Cooperativa dos Produtores de Morro Alto Ltda – COOPROAL.

### **5.1 As cooperativas em Taquara: história e memória**

A Caixa Rural foi a primeira cooperativa a ser criada em Taquara, segundo relato de um membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este modelo de cooperativa de crédito, criado na Alemanha por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, tinha por princípios o amor cristão ao próximo, dava grande importância à formação moral do associado e, entre outros

objetivos, preconizava a organização de um banco central das cooperativa de crédito.(PINHO, 1982. p. 43). O grande incentivador para a criação desta e de inúmeras cooperativas na região e na Serra do RS, foi o Pe. Theodor Amstad<sup>5</sup>, que se empenhava nesta tarefa ao ver as dificuldades dos colonos. Esta cooperativa de crédito foi transferida sua sede para Rolante, onde mais tarde passa a fazer parte do Sistema SICREDI.

Já a Cooperativa Agropecuária Rolantense Ltda – CAPROL, foi fundada em 1955, reunindo em seu quadro social inicialmente 300 agricultores. Associaram-se nesta cooperativa, inúmeros agricultores de Taquara. O objetivo inicial da cooperativa, era receber e comercializar a produção leiteira dos associados. Até o ano de 1979, recebia somente leite. A partir desta data abre o leque de trabalho para outros produtos, (feijão, batata inglesa, banana, abóbora, suínos e uvas, chegando inclusive a adquirir uma agroindústria de vinhos na localidade de Boa Esperança). Nos anos 1983-84, chegou a ter 4.200 associados. Encerrou as atividades em 1999, com aproximadamente mil associados e apresentando graves problemas financeiros. Segundo um dos entrevistados desta pesquisa, ex-tesoureiro da cooperativa, estes problemas financeiros se arrastam na justiça até os dias atuais.(Trecho de entrevista, 20.04.2013).

De acordo com o depoimento de um dos entrevistados, percebe-se neste caso a mudança de orientação da administração da cooperativa para uma das situações que era preconizada pela Revolução Verde<sup>6</sup>, conforme identifica Fleury (2009).

nesse contexto, o meio rural passa a ser entendido de forma finalista, como tendo por função primordial produzir alimentos em grandes quantidades e a baixos custos, de moda a favorecer a industrialização incipiente (FLEURY, 2009. p. 63).

O descontentamento dos produtores de Leite do município de Taquara com o tratamento recebido na cooperativa CAPROL, levou um grupo de produtores a criarem no ano de 1993, a Cooperativa dos Produtores de Leite da Encosta da Serra Ltda - COOPLESA. Portanto, antes ainda do fechamento da CAPROL.

Os objetivos da COOPLESA, segundo depoimento de um dos ex-presidentes, era de fazer o recolhimento e comercializar a produção de leite dos associados; fornecer insumos

---

5 Pe. Theodor Amstad, era suíço, tinha 34 anos quando chegou ao Brasil em Dezembro de 1885, e permaneceu em São Sebastião do Caí, até janeiro de 1908. Foram 23 anos a fio. Ver mais em [http://cooperativismodecredito.com.br/sicredi\\_pioneira/tag/padre-theodor-amstad/](http://cooperativismodecredito.com.br/sicredi_pioneira/tag/padre-theodor-amstad/).

6 Revolução Verde: Orientações para a agricultura, contidas em um pacote tecnológico que previa, estímulo à mecanização; uso de insumos químicos; produção em escala, e homogeneização dos plantios. (FLEURY, 2009. p. 64)

necessários, não só à produção leiteira, mas também para outras atividades que o associado desenvolvesse no estabelecimento rural; assistência técnica; treinamentos e cursos de capacitação.

O leite era comercializado na usina de beneficiamento existente em Taquara, uma das unidades da extinta CORLAC.

A COOPLESA deixou de operar em julho de 2006, pois os problemas financeiros inviabilizaram suas atividades. Assim como ocorre com a CAPROL, até os dias atuais existem pendências que estão sendo discutidas na justiça. (Trecho de entrevista ex-presidente, 19.04.2013).

Com o fechamento desta cooperativa, os produtores de leite criaram a Associação Regional dos Produtores de Leite e Derivados – ARPLED, que visa manter a atualização técnica dos associados e defesa da melhor comercialização possível para o leite. Esta associação está em atividade no momento da realização desta pesquisa.

Como as duas cooperativas citadas anteriormente tinham como principal objetivo comercializar a produção de leite de seus associados, é importante mencionar a implantação, no ano de 1973, em Taquara de uma unidade de beneficiamento de leite da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos – CORLAC, uma empresa de economia mista, que tinha o governo do Estado do Rio Grande do Sul como maior acionista, com 98% das ações.

A CORLAC foi criada pela Lei nº 5.964, de 13 de fevereiro de 1970, e foi extinta também por uma lei, a Lei nº 10.000/93, em 1993, tendo sido sucedida pela Central de Cooperativas de Laticínios e Correlatos. A partir de então, cada uma das unidades da CORLAC espalhadas pelo Estado transformou-se em uma cooperativa independente.

Em Taquara, para administrar o patrimônio existente e prestar os serviços de beneficiamento do leite aos agricultores, empresas e cooperativas, foi fundada em 23 de setembro de 1993, a Cooperativa Taquarense de Laticínios Ltda – COOTAL, cujos membros fundadores foram os funcionários da então CORLAC Taquara, e que nos dias atuais conta com 127 associados. (COOTAL, 2013).

Finalmente, interessa mencionar a Cooperativa dos Produtores de Morro Alto Ltda – COOPROAL. Numa área do município de Taquara, com topografia acidentada, e possuidores de pequenos estabelecimentos, os agricultores desta localidade e arredores, tem como principais fontes de renda os hortigranjeiros, além plantio de florestas de acácia e eucalipto nas áreas mais íngremes. Quanto aos hortigranjeiros, muitos são feirantes, ou cultivam para revender nos mercados e para as agroindústrias de outra região.

Por serem experientes na produção de hortaliças, especialmente o pepino, um grupo de 22 agricultores, incentivados por órgãos públicos locais, fundou a Cooperativa dos Produtores de Morro Alto Ltda – COOPROAL, no ano de 2002.

No início a cooperativa só recebia a produção e comercializava com agroindústrias e mercados da região. Mas, através da destinação de verbas públicas, foi montada uma infraestrutura para fazer conservas. Um pequeno pavilhão, câmara fria e todos os demais equipamentos. A cooperativa dispunha também de um caminhão para fazer o recolhimento da produção.

Segundo depoimento de associados, enquanto a cooperativa só organizava a produção e fazia a comercialização “*in natura*”, “*as coisas estavam indo bem*”<sup>7</sup>. Mas quando a estrutura ficou maior, inclusive com contratos de clientes em grande volume, a administração não conseguiu organização suficiente e começaram a haver perdas, que levaram ao endividamento e insolvência da cooperativa. A administração se resumia ao próprio presidente, segundo depoimento do vice-presidente que teve, e está tendo, a incumbência de enfrentar as pendências que ficaram com o fechamento da cooperativa. A COOPROAL deixou de operar em 2011.

## **5.2 A percepção dos agricultores em relação ao cooperativismo diante destas experiências: uma análise necessária**

A percepção que hoje os agricultores tem a respeito das cooperativas, passa pela reflexão das causas dos problemas havidos, quais sejam, a participação dos associados, a forma de atuar da diretoria e dos conselhos e, além disso, propor o questionamento sobre as perspectivas para o futuro do cooperativismo na comunidade.

Foi questionado aos interlocutores desta pesquisa qual a imagem das cooperativas junto aos agricultores de Taquara, diante das experiências já vividas?

As respostas foram no mesmo tom, com praticamente o mesmo sentido. Os agricultores entrevistados que viveram a situação disseram que as “*experiências foram péssimas*”<sup>8</sup>, e a aceitação de cooperativa entre os próprios agricultores é de “*aceitação com muita resistência*”. Já os líderes sindicais entendem que estas cooperativas “*tiveram problemas de gestão*”, e por isso, a impressão que ficou na comunidade é a “*pior possível*”.

---

7 Depoimento de ex-associados ao autor em entrevista concedida entre 02 e 25.04.2013.

8 As expressões destacadas entre aspas se referem a entrevistas concedidas ao autor em Taquara, entre os dias 02 e 25.04.2013.

Ao serem questionados se o problema estava com o sistema cooperativista, a resposta unânime foi de que “o cooperativismo é bom”, “o problema está com as pessoas que administram”.

Sobre o reflexo da atuação de uma cooperativa numa comunidade Laidlaw (2000, p. 44), lembra o que escreveu um antigo diretor da A.C.I.:

A verdadeira diferença entre a cooperação e as outras formas de empresa econômica reside precisamente na subordinação de seus métodos comerciais a sua ética. Fora esta diferença, o movimento cooperativista não tem, em última instância, nenhuma razão suficientemente convincente para reivindicar a sua especificidade.

É necessário lembrar que uma das cooperativas que compõe os dados para este estudo, surgiu a partir da injeção de recursos financeiros públicos, o que fez com que houvesse a pressa em colocar a cooperativa em funcionamento. Isto fica identificado quando um dos entrevistados diz que, ao se agravarem os problemas da cooperativa e o presidente tendo solicitado demissão, é que foram perceber que a entidade “*não estava nem com a papelada em dia*”. Nem registro em alguns órgãos de controle existia. Neste caso é apropriada a dedução de que a opção pela cooperativa foi pela indução e pelo oportunismo. Já que a produção existia, a comercialização era possível, e foi disponibilizado recurso para a montagem da infraestrutura e equipamentos, por que não fazer?

Outra cooperativa surgiu em função do descontentamento com o tratamento que o produto (leite) recebia na cooperativa de onde solicitaram desligamento para fundar uma nova cooperativa. Imaginavam que criando uma cooperativa que cuidasse exclusivamente do leite dos associados teriam mais sucesso do que ficarem vinculados a uma cooperativa diversificada. As entrevistas revelaram que os primeiros anos foram de bons resultados, mas que, no momento em que assumiram a direção pessoas que optaram por uma administração personalista, com clara demonstração de despreparo comercial, e sem a preocupação fundamental de que em cooperativa deve haver equilíbrio entre o social e o comercial, os problemas se agravaram levando para a insolvência financeira.

A cooperativa com maior tempo de existência, segundo os relatos, acabou fechando as portas por se distanciar dos associados, diversificar atividades com falta de planejamento e descontrole administrativo. Estes pontos geraram desconfiança no quadro social que foi se desligando da cooperativa.

### 5.3 A causa dos insucessos, ou dos fracassos

Quando perguntados sobre qual a causa para os problemas que estas cooperativas tiveram? A unanimidade das respostas foi que “*houve má administração*”. Solicitados a explicar melhor como era entendida esta “*má administração*”, as respostas apontaram a “*falta de preparo da administração*”, ou como falou um líder sindical, “*faltou colocar alguém profissional para a área comercial*”, entendendo assim que a direção da cooperativa define os rumos e o profissional faz a parte técnica. Reforçando a percepção de que o problema foi administrativo, o líder da associação dos leiteiros, explica ainda mais,

*buscaram um “bom produtor”, isto é, que tinha bons resultados na sua propriedade e o colocaram para administrar a cooperativa. Ele não tinha preparo para isso e não se cercou, ou não quis se cercar, de pessoal qualificado.*<sup>9</sup>

A dupla característica de organização das cooperativas, com objetivos comerciais, e uma vocação social, é um dos pilares da doutrina cooperativa. Mas, conforme analisa Laidlaw (2000), os objetivos comerciais não podem ser negligenciados, pois,

As cooperativas são primordialmente empresas comerciais e devem se afirmar enquanto tal, caso contrário, elas deixarão de existir. Aliás, uma cooperativa deficiente no plano comercial não poderá ter uma influência positiva do ponto de vista social, principalmente se estiver com suas portas fechando (LAIDLAW, 2000, p. 44).

Fica evidente no caso das experiências cooperativas frustradas que um grande número de pequenos agricultores vivenciaram em Taquara e na região, aquilo que adverte Schneider:

as cooperativas de todos os ramos sofrem a mesma pressão por mais eficiência e competitividade: Estas demandam capitalização, fidelidade, transparência, gerência, profissionalismo, marketing, qualidade e controle de custos, constante qualificação dos recursos humanos, fusões, alianças estratégicas, legislação específica atualizada, etc.(SCHNEIDER, 2004, p.2 )

Outra causa que no entender dos entrevistados contribuiu para a má administração foi a “*diretoria ser muito fechada*”<sup>10</sup>, não colocar as situações para os associados, entendendo que estes não saberiam opinar sobre os negócios, passando assim a “*se distanciar do associado*”, disse um dos entrevistados, especialmente “*do pequeno produtor*”, disse outro.

9 Trecho extraído da entrevista concedida ao autor em Taquara, em 22.04.2013.

10 As expressões destacadas entre aspas se referem a entrevistas concedidas ao autor em Taquara, entre os dias 02 e 25.04.2013.

Este aspecto da administração mencionado nas entrevistas é também referido por Frantz et al (2003, p.5).

É comum ver as práticas cooperativas atreladas aos interesses dominantes na economia, isto é, aos interesses nem sempre idênticos às necessidades e interesses dos associados das cooperativas.

Outras opiniões, que trazem uma nova linha de percepção, identificaram que assumiram a administração pessoas “*com interesse próprio somente*”, ventilando até situações que poderiam ser interpretadas como “*má fé*”, e que, quando questionadas, a resposta é que “*ele que sabia o que estava fazendo*”.

No trabalho, *Ética e Moralidade em Cooperativas: Uma Possibilidade?*, (Souza, et al, 2010), citam Crúzio (2003), que afirma:

[...]há alguns casos de cooperativas que incorrem em desvios, comprometendo os valores da equidade, justiça e bem comum propostos nos negócios de dentro e fora da associação cooperativa. Assim, a visibilidade de sua missão social, política e econômica, na lógica dos princípios do cooperativismo, vai depender da presença de certas virtudes nas decisões ou ações, seja de associados, dirigentes ou de funcionários. Tais virtudes são a confiança, a empatia, a veracidade, a equidade e o autocontrole, os opostos dessas virtudes seriam a mentira, o logro, a fraude e a corrupção. (CRÚZIO, 2003, *apud* SOUZA, et al, 2010, p. 9).

#### **5.4 A participação dos associados e o papel dos conselhos Administrativo e Fiscal**

A participação dos associados na cooperativa foi objeto de questionamento. E as respostas apontaram a “*falta de participação dos associados na definição dos rumos da cooperativa*”<sup>11</sup>. Um dos entrevistados, com 73 anos de idade, que foi sócio da Caprol durante 15 anos enfatiza que “*os associados não estavam por dentro do que estava acontecendo na cooperativa*”. A mesma situação foi lembrada com relação à Cooplesa, pois segundo o entrevistado, os associados “*iam nas reuniões e só ouviam, não perguntavam nada*”.

Outras respostas já apontaram causas para esta falta de participação: “*existe desconhecimento de como funciona uma cooperativa*”; “*cooperativa é uma sociedade, e ainda existe muito individualismo*”. Um líder sindical entrevistado, percebe que “*muitos produtores passaram a participar da cooperativa por ela existir simplesmente, sem analisar como deve ser sua participação na sociedade*”.

---

<sup>11</sup> As expressões destacadas entre aspas se referem a entrevistas concedidas ao autor em Taquara, entre os dias 02 e 25.04.2013.

A “*falta de seriedade*”, a “*falta de ética*” de alguns diretores também foi apontada como uma das causas dos problemas com estas cooperativas. Esta falta de ética foi definida como, não fazer os negócios da cooperativa às claras e transparente a todos os associados.

Uma frase dita por uma das lideranças sindicais, dá a ideia do que ocorre quando um agricultor apenas é sócio, sem envolvimento, sem participação efetiva: “*Quando dá problema em uma cooperativa, aí é que o produtor passa a saber o que é ser corresponsável, tanto no sucesso como no fracasso.*”<sup>12</sup>

Esta responsabilidade solidária foi destacada pela falta de atuação dos Conselhos da cooperativa. O Conselho de Administração “*não tinha total conhecimento dos atos do presidente*”. E principalmente pelo “*Conselho Fiscal não exercer verdadeiramente o seu papel*”, que é fiscalizar.

Sobre o papel dos Conselhos de Administração e Fiscal nas cooperativas, Pinho (1982), apresenta o texto do doutor Walter Frantz, que assim define suas funções após as deliberações da suprema Assembleia Geral:

Ao Conselho de Administração, é reservado o papel de órgão de aprovação e execução dos programas. [...] O Conselho fiscal tem funções concretas e não de “vigilante” apenas. É o órgão encarregado de vigiar exclusivamente a legalidade dos atos do Conselho de Administração e da Gerência, a veracidade das informações apresentadas aos sócios e a segurança dos bens da cooperativa, com expressa proibição de se pronunciar sobre a efetividade ou eficácia dos acordos ou atos do Conselho de Administração (FRANTZ, 1981, *apud* PINHO 1982, p. 263)

As respostas dadas, que enfatizam a falta de participação, remetem ao 2º princípio do cooperativismo que fala da *Gestão Democrática* :

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. (OCB)

E o 5º princípio orienta exatamente para que o 2º seja respeitado. E ele é fundamental, pois recomenda algo essencial em todas as sociedades, que são, *Educação, formação e informação* – as cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, [...] de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.(OCB)

A educação cooperativista junto a todo o quadro social é algo que deve fazer parte da rotina da vida de uma cooperativa. Algo que à primeira vista pode ser julgado desnecessário.

<sup>12</sup> As expressões destacadas entre aspas no texto, foram extraídas das entrevistas concedidas ao autor entre os dias 02 e 25.04.2013, em Taquara-RS.

Mas os depoimentos colhidos nas entrevistas dão ideia de que exatamente neste aspecto o princípio da educação poderia ter dado rumos diferentes às entidades. E Frantz *et all*, (2003, p. 13), trazem uma contribuição importante.

Na organização e funcionamento de uma cooperativa, a educação aparece como um processo que objetiva levar a comportamentos e visões de mundo, favoráveis à natureza da prática cooperativa. Uma função central da educação em organizações cooperativas é a interiorização do social pelos indivíduos, superando-se a situação de simples soma de auto interesses para produzir a identidade grupal.

Poderíamos considerar, pelas respostas dadas ao questionamento das entrevistas, que o objetivo do trabalho estaria alcançado, ou seja, conhecer a percepção que os agricultores de Taquara tem sobre a organização cooperativa, notadamente baseados apenas naquilo que vivenciaram. Entretanto preferimos não ficar apenas nas constatações do que ocorreu. Preferimos questionar sobre novas possibilidades, compreender também qual é a visão das lideranças e agricultores de Taquara sobre o cooperativismo. O próximo item trata disso.

### **5.5 A retomada com as associações**

Foi questionado os entrevistados se, diante da percepção negativa deixada pelas cooperativas que fecharam as portas, existe possibilidade de reabilitar a imagem do Cooperativismo em Taquara.

As respostas indicaram que “*sim*”. Entretanto, todos colocaram que isto vai depender de “*muito trabalho de conscientização e esclarecimento*”.<sup>13</sup> E principalmente, que a administração das cooperativas, que vierem a ser criadas, “*garantam transparência e seriedade!*”

E uma constatação interessante no diálogo com os entrevistados, todos, lideranças e produtores rurais disseram que o trabalho de reabilitação, “*deve começar pelas associações*”.

As entidades que defendem o fortalecimento das associações ligadas ao rural como primeiro degrau para a chegada ao cooperativismo, justificam esta posição dizendo que “*através do associativismo se começa a preparar as pessoas, os líderes*”, disse um presidente sindical. E é onde se “*aprender a conviver com as ideias e opiniões diferentes*” disse um dos

---

<sup>13</sup> As expressões destacadas entre aspas se referem a entrevistas concedidas ao autor, em Taquara, entre os dias 02 a 25.04.2013.

agricultores. Na associação o indivíduo aprende a se expressar como “*nós*” e não usar somente a expressão “*eu*”, disse o técnico da Emater.

Outra posição das lideranças, é a de que a formação de uma associação antes de se criar uma cooperativa, “*amadurece a necessidade de uma cooperativa ou não*”.

Sendo mais enfático ainda, o presidente do STR está convicto que, “*tem que haver formação de toda a família rural sobre cooperativismo, preparando as pessoas tanto para serem cooperados, como para serem diretores das cooperativas*”. Estas opiniões reforçam a constatação que José Odelso Schneider<sup>14</sup> faz, e que considera que há no Brasil uma “solene ignorância” a respeito do que é o cooperativismo. Para ele, a melhor alternativa é a capacitação. Ensinar o que é o cooperativismo, esclarecer os seus princípios norteadores, “para que os associados não vejam apenas a cooperativa como uma instituição de onde ele possa tirar vantagens”. E vai mais além, “é fundamental qualificar a gestão das cooperativas.” (JORNAL DO COMÉRCIO, Caderno Especial Cooperativismo, 2012).

Existem também, segundo o técnico da Emater, muitos agricultores que preferem continuar com a associação. Entendem que se fizerem parte de uma cooperativa terão que obedecer ao planejamento da produção, as normas legais sobre os produtos, etc. E eles preferem “*continuar assim como estão hoje*”, comercializando o que tem.

Exatamente sobre esta dúvida em dar um passo adiante no planejamento da produção de um estabelecimento, quando o pequeno agricultor é sócio de uma cooperativa, é que De Carvalho (2008), reproduz o pensamento, segundo ele, de um dos maiores teóricos do cooperativismo, o russo Alexander Chayanov (1888 – 1937), que percebeu que o valor da cooperação camponesa consiste não somente nas vantagens de utilização de máquinas, meios de transportes, comercialização em conjunto, industrialização, etc., mas porque disciplina os participantes da cooperativa, que são obrigados a elevar sua propriedade a níveis técnico e tecnológico mais altos, de acordo com as exigências da cooperativa. (de Carvalho, 2008. p. 169). Nas palavras de Chayanov,

“[...] O pequeno produtor é obrigado a adequar o seu plano organizacional à política das cooperativas nos setores de comercialização e industrialização, melhorar as técnicas de trabalho e passar para métodos de produção mais completos, capazes de elevar a qualidade de seus produtos.[...]” (Chayanov, 1991, *apud* De Carvalho, 2008. p. 169).

---

14 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1990). Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e professor/pesquisador; e editor da revista Economia Solidária e Ação Cooperativa - ESAC, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P39460>

Todas as lideranças pesquisadas disseram que “*deve haver profissionalismo na administração dos negócios da cooperativa*”<sup>15</sup>. “Não pode se formar uma cooperativa apenas no entusiasmo, na poesia”, expressou o líder do Sindicato Rural. “*Os associados definem os rumos, os objetivos, e depois os profissionais é que tem que se encarregar dos negócios*”, acrescentou ele. E arrematou, “*cooperativa é importante sim*”, “*ninguém resolve nada sozinho*”, afirmou, dando a entender que com união se encontra soluções para os problemas.

Sobre a posição que tanto as lideranças, quanto os próprios agricultores entrevistados expuseram de total apoio às associações para depois pensar em cooperativa, Frantz et al (2003) estabelecem a caminhada que pode acontecer para que isto se concretize, recorrendo a Frantz (2002):

A associação, prioritariamente, atua na perspectiva dos interesses econômicos de seus componentes. Porém, em função dos interesses dos associados, a *associação* organiza um instrumento de atuação, isto é, a *empresa cooperativa*. Trata-se de uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado (FRANTZ, 2002. *apud* FRANTZ et al, 2003, p.4).

Pelas respostas ao questionamento percebe-se que tanto lideranças, e principalmente os produtores, entendem como importante um trabalho de formação e informação sobre cooperativismo, para que, quando da formação ou participação em uma sociedade cooperativa, isto aconteça de forma consciente, efetiva e responsável. E os entrevistados já apontam caminhos para isso, o fortalecimento das associações.

## CONCLUSÕES

Após análise das entrevistas e documentos, a primeira conclusão a que se chega, é a de que as pessoas têm reflexão sobre os acontecimentos e atos que as rodeiam, principalmente sobre aqueles dos quais participaram como atores.

Os agricultores familiares taquarenses sabem que individualmente fica difícil a inserção no mercado, participar de licitações públicas e obter lucro com sua produção, pois os custos se tornam altos quando a produção é pequena. Por estas razões é que estão, desde a mais tempo, procurando se organizar, contando para isso com apoio de sindicatos, Emater e prefeitura na formação de associações.

---

<sup>15</sup> As expressões destacadas entre aspas se referem a entrevistas concedidas ao autor em Taquara, entre os dias 02 a 25.04.2013.

Algumas destas associações já sentem necessidade de formalizar a atuação, no fornecimento da merenda escolar, através de uma cooperativa. Mas as últimas experiências de cooperativas frustradas, inibem e, em alguns casos, até afastam os produtores quando o assunto é cooperativa.

E retomando ao objetivo inicial deste trabalho de procurar interpretar a percepção que os produtores rurais de Taquara têm a respeito do cooperativismo, depreende-se que, a imagem existente no momento é negativa. No entanto, é negativa, não pelas cooperativas em atuação, mas devido a três experiências frustradas que envolveram produtores rurais desta região.

A pesquisa revelou, através das entrevistas, que as causas desta imagem ruim se devem a fatores como: o despreparo das pessoas que assumiram a administração, ou o desvio nos objetivos iniciais focados pela sociedade, o que resultou em problemas de gestão que levaram a insolvência financeira da cooperativa.

Como disse um dos entrevistados, *“tinha tudo para dar certo, infraestrutura, produção e comércio para os produtos”*<sup>16</sup>.

Puderam ser identificados fatores que permitiram esses descaminhos, como a falta de participação dos associados, na tomada de conhecimento de como andavam os negócios da cooperativa. E por parte da diretoria, faltou transparência em prestar contas aos demais associados, de como estava o andamento da empresa cooperativa.

Fica evidente que existe um longo e sério trabalho a ser feito em termos de educação cooperativista em Taquara, especialmente se quisermos que esta educação atinja os objetivos de proporcionar o conhecimento necessário sobre a forma de funcionamento de uma organização cooperativa nos dois sentidos, econômico e social.

E este trabalho é urgente na medida em que deve gerar credibilidade, perante os jovens agricultores que ainda estão ligados ao rural. E para qualificar esta urgência e importância, o líder da associação dos produtores de leite alerta: *“o jovem olha para uma fábrica e vê que lá tudo é planejado e dá resultado. Então ele também quer ir trabalhar lá. Precisamos capacitar este jovem a planejar o trabalho no estabelecimento rural em que ele vive, ele vendo que dá resultado, ele fica”*<sup>17</sup>.

A partir de agora farei minhas considerações finais:

A realização da pesquisa atendeu ao objetivo proposto, ou seja, o de conhecer a percepção que os agricultores de Taquara têm sobre as cooperativas. E no desdobramento do

16 Trecho extraído da entrevista concedida ao autor em Taquara, em 18.04.2013.

17 Trecho extraído da entrevista concedida ao autor em Taquara, em 22.04.2013.

diálogo pode-se compreender o porque daquela percepção e identificar causas que levaram a isso.

Através da análise das respostas é possível apontar caminhos de futuros trabalhos a serem desenvolvidos pelos atores sociais envolvidos. Trabalhos que, para surtirem efeito, devem estar organizados de maneiras a congregar produtores, entidades associativas e classistas, além do poder público.

Diante dos problemas apontados pelos entrevistados, e considerando que os atores sociais possam ser os mesmos que estão ligados às várias associações existentes no setor agropecuário de Taquara, fica um questionamento: Será que estas entidades estão tendo a efetiva participação de seus membros, ou estão incorrendo nos mesmos problemas das cooperativas analisadas neste trabalho? Isto pode ser objeto de novo estudo.

O conhecimento da história leva a um aprendizado. Este fato, de conhecer a história, justifica todo o trabalho realizado.

## Referências

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Os princípios da Aliança Cooperativa Internacional**, encontrado em, [www.peaunesco.org.br/...cooperativa/os\\_principios\\_da\\_alianca\\_cooperativa\\_internacional.pdf](http://www.peaunesco.org.br/...cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf), acessado em 31.05.2013.

BIOGRAFIA DO PE. THEODOR AMSTAD. Encontrado em [http://cooperativismodecredito.com.br/sicredi\\_pioneira/tag/padre-theodor-amstad/](http://cooperativismodecredito.com.br/sicredi_pioneira/tag/padre-theodor-amstad/), acessado em 27 de abril de 2013.

COOPERATIVA TAQUARENSE DE LATICÍNIOS - COOTAL- encontrado em <http://www.cootall.com.br/historia.php>, , acessado em 27 de abril de 2013.

DE CARVALHO, Paulo Afonso Francisco. **Tchayanov e a Teoria do Cooperativismo**. Sociedade e Desenvolvimento Rural, Vol. 2 , Num. 1 (2008). Brasília. 2008. Encontrado em, <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/issue/view/4>, acessado em 10 de maio de 2013.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DO COOPERATIVISMO. Sistema SESCOOP. **História do Cooperativismo**. Encontrado em <http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>, acessado em 20 abril de 2012.

FLEURY, Lorena Cândido. **Múltiplos Olhares, uma questão: Repensando a Agricultura e o Desenvolvimento**. Agricultura e Sustentabilidade/Fábio Dal Sóglio e Rumi Regina Kubo. UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/ UFRGS. -Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

IBGE – Dados Gerais do Municípios – Economia, PIB. Encontrado em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432120#>, acessado em 27 de abril de 2013.

IBGE – Cidades. Taquara-RS. Encontrado em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 21 de Abril de 2013.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro/ Ângela Kageyama.** – Porto Alegre: Editora DA UFRGS, Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LOPES, Herton Castiglione. **O setor calçadista do Vale dos Sinos/RS: um estudo a partir do modelo estrutura-conduta-desempenho,** encontrado em [www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/.../OSetorCalcadista.pdf](http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/.../OSetorCalcadista.pdf), acessado em 29 de Julho de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Encontrado em <http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>, acessado em 20 de abril de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- OCERGS. Encontrado em, <http://www.ocergs.coop.br/sobre-sescoops>, acessado em 01.05.2013.

OLIVEIRA, N. Brás de. **Cooperativismo – Guia Prático.** Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, 1979.

PIRISA PIRETRO INDUSTRIAL LTDA. Taquara-RS. Encontrado em [www.pirisa.com](http://www.pirisa.com), acessado em 29.07.2013.

POLÍTICA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, **Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971.** Palácio do Planalto – Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos. Encontrada em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm), acessado em 20 de abril de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA-RS. Mapa limite político e vias rodoviária. [http://www.taquara.com.br/download\\_anexo/index.asp?strARQUIVO=AGA%20Limites%20Pol%EDticos%20Distritais\\_Sist.%20Vi%E1rio.pdf&strDescricao=AGA%20Limites%20Pol%EDticos%20Distritais%20Sist.%20Vi%E1rio](http://www.taquara.com.br/download_anexo/index.asp?strARQUIVO=AGA%20Limites%20Pol%EDticos%20Distritais_Sist.%20Vi%E1rio.pdf&strDescricao=AGA%20Limites%20Pol%EDticos%20Distritais%20Sist.%20Vi%E1rio)

RAÍZES DE TAQUARA/ Org. Véra Lúcia Maciel Barroso, Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho. Volume I. Porto Alegre: EST, 2008.

SCHNEIDER, J. O.- **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo.** Instituto Humanitas/ UNISINOS, 2004. Trabalho apresentado durante o “III Encontro de Investigadores Latinoamericanos de Cooperativismo”. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), de São Leopoldo, Brasil, 28 a 30 de abril de 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** Ensaios FEE, Porto Alegre, (17), p. 298-322. 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, D. N. De; MILAGRES, C. S. F; AMADEO, N. B. P. **Ética e Moralidade em Cooperativas: Uma Possibilidade?** Trabalho apresentado no II Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social. Encontrado em <http://www.emapegs.ufv.br/?area=artigos>, acessado em 01.05.2013.

VEIGA, J. E., **O Prelúdio do Desenvolvimento Econômico.** In: CAVC, Economia Brasileira: Perspectiva do Desenvolvimento, p 243-266, 2005. USP. São Paulo.